

IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO NO NORDESTE: UMA ANÁLISE EMPÍRICA NO CONTEXTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Viviane Alves Dias¹, Luís Abel da Silva Filho²

Resumo: O presente trabalho visa abordar a economia do setor público no Nordeste no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal. As finanças públicas podem ser conhecidas como a atividade financeira do Estado, se caracterizando como uma ferramenta essencial para o seu desempenho, voltadas para garantir e assegurar uma melhor prestação dos serviços e conter os desequilíbrios existentes na economia. A partir da Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ter atividades importantes, principalmente no processo de arrecadação de recursos financeiros, que antes eram atribuídos à União e Estados. Os municípios nordestinos são caracterizados por ter um baixo índice de desenvolvimento econômico e, para desenvolverem suas atividades, precisam dos recursos financeiros federais. As receitas dependem vigorosamente das transferências intergovernamentais. Assim é notória a necessidade de uma maior participação do Estado para promover um melhor crescimento econômico. Para controlar os desequilíbrios fiscais e reduzir o endividamento excessivo sobre as finanças públicas dos governos subnacionais, foi aprovado em 4 de maio de 2000, Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A Lei foi um marco institucional para administração pública, a fim de alcançar um equilíbrio nas contas públicas e melhores oportunidades para o crescimento das esferas estaduais e municipais. Essa pesquisa tem como objetivo estudar a Economia do setor público no Nordeste a partir de uma análise empírica no contexto da lei de responsabilidade fiscal. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, buscou-se analisar os fatos particulares, da atuação das finanças públicas dos municípios do Nordeste. A abordagem utilizada nesse estudo é bibliográfica, investigou-se a fundamentação teórica em autores que enfatizaram o papel do Estado na economia. Diante dos resultados obtidos, constatou-se que a região é caracterizada pelo fato de ser dependente das transferências intergovernamentais e, inclusive pelo baixo índice de desenvolvimento econômico. Os municípios da região Nordeste são dependentes das transferências intergovernamentais da União e dos Estados, por apresentarem-se economicamente pequenos e por não terem uma base eficiente de arrecadação tributária própria para custear suas despesas. Concluindo-se a

1 Universidade Regional do Cariri, email: vivianeecon99@gmail.com

2 Universidade Regional do Cariri, email: abeleconomia@hotmail.com

IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: “Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais”



participação do Estado na economia da região nordestina é de total importância para viabilizar uma maior ampliação econômica e políticas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Finanças Públicas Municipais. Lei de Responsabilidade Fiscal. Transferências Intergovernamentais.

Agradecimentos:

Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, Universidade Regional do Cariri – URCA, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa.

.